



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO Nº** : 23231.000113/2011-58  
**UNIDADE AUDITADA** : 158152 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA  
**MUNICÍPIO - UF** : Boa Vista - RR  
**RELATÓRIO Nº** : 201108748  
**UCI EXECUTORA** : CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA

Senhor Chefe da CGU-Regional/RR,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108748, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 11/04/2010 a 22/06/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames. Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A – Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN n.º 01/2011, de 13/01/2011.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

#### 4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Para o desempenho das respectivas atividades, no exercício 2010, a Unidade Jurisdicionada utilizou créditos orçamentários no montante de R\$ 50.179.281,61, provenientes de créditos originários da própria unidade orçamentária e também da movimentação interna dos créditos por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, os quais viabilizaram a continuidade da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Roraima. Desse montante, foi empenhado e liquidado o valor de R\$ 40.072.164,80, sendo realizados os respectivos pagamentos no valor de R\$ 40.049.989,99. A diferença entre o total de crédito orçamentário e o valor liquidado foi de R\$ 10.107.116,81, inscritos em restos a pagar não processados para o exercício 2011.

A execução das despesas no exercício 2010, relacionada com os respectivos programas e ações governamentais para a Unidade, está demonstrada conforme quadro a seguir, consolidando as unidades gestoras 158152 - Reitoria, 158350 - Campus Boa Vista, 158351 - Campus Novo Paraíso e 158510 - Campus Amajari:

| <b>Programa/Ação</b>   | <b>Descrição</b>   | <b>Despesas Empenhadas (R\$)</b> | <b>Despesas Liquidadas (R\$)</b> | <b>Valores Pagos (R\$)</b> | <b>Inscrição RP não processados (R\$)</b> |
|--|--|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------|---|
| <b>1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b> |  |                                  |                                  |                            |   |
| 09HB   | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais | 4.265.247,34                     | 4.265.247,34                     | 4.265.247,34               | 0,00                                      |
| 1H10   | Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica  | 8.675.752,37                     | 3.082.953,97                     | 3.082.953,97               | 5.592.798,40                              |

|                 |  |                      |                      |                      |                     |
|-----------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| 2319            | Prestação de Serviços à Comunidade   | 21.500,98            | 0,00                 | 0,00                 | 21.500,98           |
| 2992            | Funcionamento da Educação Profissional   | 25.908.499,09        | 24.913.116,32        | 24.904.760,93        | 995.382,77          |
| 2994            | Assistência ao Educando da Educação Profissional   | 1.277.112,81         | 1.118.124,89         | 1.116.700,89         | 158.987,92          |
| 2E13            | Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica | 534.025,13           | 0,00                 | 0,00                 | 534.025,13          |
| 6301            | Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional                 | 171.287,53           | 14.395,30            | 1.999,88             | 156.892,23          |
| 6358            | Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional   | 658.949,65           | 597.448,04           | 597.448,04           | 61.501,61           |
| 6380            | Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional  | 508.319,60           | 162.919,84           | 162.919,84           | 345.399,76          |
| 8650            | Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica                              | 3.136.506,80         | 1.097.201,68         | 1.097.201,68         | 2.039.305,12        |
| <b>Subtotal</b> |  | <b>45.157.201,30</b> | <b>35.251.407,38</b> | <b>35.229.232,57</b> | <b>9.905.793,92</b> |

| <b>0750 - Apoio Administrativo</b>           |  |                     |                     |                     |                 |
|--|--|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| 2004   | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes          | 424.726,00          | 424.726,00          | 424.726,00          | 0,00            |
| 2010   | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados                      | 53.823,00           | 53.823,00           | 53.823,00           | 0,00            |
| 2011   | Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados   | 426.723,63          | 426.723,63          | 426.723,63          | 0,00            |
| 2012   | Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados  | 1.460.044,22        | 1.460.044,22        | 1.460.044,22        | 0,00            |
| 20CW   | Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos                       | 28.615,00           | 20.815,00           | 20.815,00           | 7.800,00        |
| <b>Subtotal</b>                              |  | <b>2.393.931,85</b> | <b>2.386.131,85</b> | <b>2.386.131,85</b> | <b>7.800,00</b> |
| <b>1067 - Gestão da Política de Educação</b> |  |                     |                     |                     |                 |
| 2272   | Gestão e Administração do Programa   | 6.790,99            | 3.901,13            | 3.901,13            | 2.889,86        |
| 4572   | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | 500.012,91          | 451.872,87          | 451.872,87          | 48.140,04       |

|   |   |                     |                     |                     |                   |
|---|---|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>506.803,90</b>   | <b>455.774,00</b>   | <b>455.774,00</b>   | <b>51.029,90</b>  |
| <b>0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b> |   |                     |                     |                     |                   |
| 0181  | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis | 1.922.923,45        | 1.922.923,45        | 1.922.923,45        | 0,00              |
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>1.922.923,45</b> | <b>1.922.923,45</b> | <b>1.922.923,45</b> | <b>0,00</b>       |
| <b>1008 - Inclusão Digital</b>                                |   |                     |                     |                     |                   |
| 6867  | Capacitação de Multiplicadores                            | 2.224,20            | 1.458,92            | 1.458,92            | 765,28            |
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>2.224,20</b>     | <b>1.458,92</b>     | <b>1.458,92</b>     | <b>765,28</b>     |
| <b>1061 - Brasil Escolarizado</b>                             |   |                     |                     |                     |                   |
| 8429  | Formação Inicial e Continuada a Distância                 | 128.234,38          | 0,00                | 0,00                | 128.234,38        |
| 2C95  | Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica    | 61.001,10           | 54.469,20           | 54.469,20           | 6.531,90          |
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>189.235,48</b>   | <b>54.469,20</b>    | <b>54.469,20</b>    | <b>134.766,28</b> |
| <b>1448 - Qualidade na Escola</b>                             |   |                     |                     |                     |                   |

|   |   |                      |                      |                      |                      |
|---|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 6333  | Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica | 5.392,67             | 0,00                 | 0,00                 | 5.392,67             |
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>5.392,67</b>      | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>5.392,67</b>      |
| <b>0471 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social</b> |   |                      |                      |                      |                      |
| 8977  | Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais   | 1.031,30             | 0,00                 | 0,00                 | 1.031,30             |
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>1.031,30</b>      | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>1.031,30</b>      |
| <b>1426 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social</b> |   |                      |                      |                      |                      |
| 8606  | Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico  | 537,46               | 0,00                 | 0,00                 | 537,46               |
| <b>Subtotal</b>   |   | <b>537,46</b>        | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>537,46</b>        |
| <b>TOTAL</b>  |   | <b>50.179.281,61</b> | <b>40.072.164,80</b> | <b>40.049.989,99</b> | <b>10.107.116,81</b> |

Observa-se que os recursos necessários para a execução das despesas no exercício 2010 concentraram-se basicamente no Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, com representatividade de aproximadamente 90% do total, mais especificamente nas Ações 2992 - Funcionamento da Educação Profissional e 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com percentual de 52% e 17% do total executado no exercício respectivamente.

No caso da Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional, o grande volume dos recursos refere-se à execução das despesas com pessoal, principalmente a contratação de novos servidores por meio de concurso público para a composição do novo quadro de pessoal e para a recomposição dos quadros existentes.

Quanto à Ação 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os recursos aplicados referem-se à realização de obras e aquisição de equipamentos vinculados ao ensino tecnológico, objetivando o crescimento e a continuidade da expansão da Unidade com a implantação do novo Campus no Município de Amajari e a consolidação da implantação do Campus Novo Paraíso.

Os recursos não liquidados no exercício 2010 e conseqüentemente inscritos em restos a pagar não processados para o exercício 2011, equivalentes a R\$ 10.107.116,81, foram resultantes das despesas alocadas no Programa de Governo 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, principalmente para a execução das obras de expansão, reestruturação, reforma e modernização da infraestrutura física da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que a duração do cronograma físico-financeiro de tais obras extrapola o período anual dos recursos orçamentários previstos na LOA/2010 para a Unidade auditada.

Os limites orçamentários estabelecidos na LOA/2010 para cumprimento da missão institucional da Unidade, em fase de reestruturação e em processo de expansão, foram ao final do exercício contingenciados, entretanto essa limitação não foi prejudicial para que os mesmos fossem eficientemente utilizados nos seus propósitos.

Com a expansão do Instituto Federal de Roraima em tão curto espaço de tempo, alguns eventos negativos dificultaram a execução dos Programas de Governo. A recomposição do quadro de pessoal não tem acompanhado esse rápido crescimento, principalmente, com equipes qualificadas para procederem, agilizarem e executarem as atividades administrativas. O ingresso de novos servidores técnico-administrativos demanda qualificação e treinamentos nas áreas da administração, o que necessita de tempo. Diante desta realidade, as equipes de trabalho existentes têm sido sobrecarregadas de serviços e atividades.

Além disso, o planejamento da Unidade tem sido, em grande parte, comprometido com a política adotada de descentralização de crédito. A Unidade fica dependendo da aprovação dos

Planos de Trabalho para viabilizar e executar suas ações estratégicas.

Quanto aos percentuais da execução/previsão das despesas resultantes da análise realizada, ressalta-se que, em geral, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, os valores obtidos demonstraram efetividade na utilização dos recursos disponibilizados para a consecução dos objetivos das políticas públicas no que diz respeito aos aspectos quantitativos e têm contribuído para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

#### 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Foram analisados 11 (onze) indicadores utilizados na Unidade IFRR. Os indicadores foram obtidos por meio do relatório de gestão relativo ao exercício de 2010.

Constatou-se que todos os indicadores do universo analisado atendem aos critérios de utilidade e mensurabilidade. Conclui-se também que os indicadores existentes são suficientes para a tomada de decisões gerenciais. Segue abaixo quadro demonstrativo dos indicadores analisados:

| <b>Descrição</b>                          | <b>Fórmula de Cálculo</b>  | <b>É útil ao gestor?</b> | <b>É mensurável</b> |
|---|--|--------------------------|---------------------|
| Relação candidato/vaga                    | Inscrições/Vagas ofertadas   | SIM                      | SIM                 |
| Relação ingressos/alunos                  | Ingressos/Alunos matriculados  | SIM                      | SIM                 |
| Relação concluintes/alunos                | Concluintes/Aluno matriculado  | SIM                      | SIM                 |
| Relação alunos/docentes em tempo integral | Alunos matriculados/Docentes, considerando docentes em tempo integral de 40h = 1 ponto e 20 h semanais = 0,5 | SIM                      | SIM                 |

|   |  |     |     |
|---|--|-----|-----|
|   | ponto  |     |     |
| (%) Índice de Eficiência Acadêmica      | Soma de concluintes por modalidade/<br>soma de ingressos ocorridos por modalidade multiplicado por 100 | SIM | SIM |
| (%) Índice de Retenção do Fluxo Escolar | (Reprovados + Trancamentos)/<br>Alunos matriculados  | SIM | SIM |
| Índice de Titulação do Corpo Docente    | Soma Ponderada dos Títulos dos Docentes/<br>Docentes   | SIM | SIM |
| Gasto Corrente por aluno (R\$/aluno)    | Total de Gastos Correntes/<br>Aluno matriculado  | SIM | SIM |
| (%) Gasto com Pessoal                   | (Total de Gastos com Pessoal/<br>Gastos Totais)*100  | SIM | SIM |
| (%) Gasto com outros custeios           | (Total de Gastos com Outros Custeios/<br>Gastos Totais)*100  | SIM | SIM |
| (%) Gasto com investimento              | (Total de Gastos com investimento e<br>inversões financeiras/<br>Gastos Totais)*100                    | SIM | SIM |

Todos os indicadores apresentados no quadro acima e as respectivas fórmulas estão de acordo com as orientações para cálculo dos indicadores de gestão contidas no Acórdão nº 480/2005 – Plenário e Acórdão nº 2.267/2005 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Da avaliação dos sistemas de controles internos da UJ, com relação aos aspectos abaixo, verificamos que:

a) Ambiente de Controle:

O Ambiente de Controle Interno de uma unidade deve abranger a cultura de uma organização e a consciência de controle das pessoas que nela trabalham. Os fatores do ambiente de controle interno compreendem a estrutura organizacional da unidade, incluindo a atuação do conselho de administração; a integridade, os valores éticos e a competência do pessoal da organização; e a forma pela qual a administração atribui alçadas e responsabilidades, bem como organiza e desenvolve o seu pessoal.

Nesse sentido, o IFRR possui diversos instrumentos que auxiliam no ambiente de controle da unidade, tais como sistemas eletrônicos de controle de processos e comunicação, disponibilização de manuais operacionais, planos institucionais, regimentos internos, normativos internos, organogramas, códigos de ética, dentre outros.

O IFRR informou que nas reuniões com os altos dirigentes da unidade são definidos e esclarecidos os aspectos inerentes aos controles internos adotados pela instituição. Ao término dessas reuniões, tais dirigentes divulgam importância dos controles internos para a sua equipe de trabalho também por meio de reuniões.

Com relação à comunicação interna dentro da UJ, o instituto informou que por decisão de gestão, a intranet da instituição foi reformulada, pois é utilizada para sistemas internos, tais como: CPA – Coordenação de Protocolo e Arquivo, SIGU – Sistema de Gestão de Usuários, ATUS – Atendimento a Usuários, etc. As notícias e assuntos diversos são disponibilizados no sítio da instituição. Associado a essas formas de comunicação, há a CCS – Coordenação de Comunicação Social, setor responsável pela comunicação interna e externa do IFRR, que envia diariamente para o e-mail de todos os servidores todas as informações referentes aos acontecimentos desta instituição.

Com relação ao código de ética dos servidores, a unidade informou que devido à nova institucionalidade, o IFRR designou por meio da Portaria nº 224/2011, de 14 de março de 2011, 6 servidores para no prazo de um ano atualizar o código de ética, pois o atual código é de outubro de 2009, ou seja, ainda da época do CEFET-RR; e que está reformulando o seu regimento interno e se baseia nas orientações previstas no Estatuto do IFRR e na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de

2008 (Lei de Criação dos Institutos Federais).

O IFRR padroniza seus processos e instrumentos finalísticos e operacionais por meio da Organização Didática, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Manual da Comissão Permanente de Pessoal Docente, Manual da Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo, Manual de Política de Segurança da Estrutura de Informática, dentre outros. Somente no exercício de 2010 o IFRR aprovou o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT, o Regulamento do Programa de Bolsas Acadêmicas de Extensão do IFRR, o Processo de Reconhecimento de Saberes como forma de ingresso de trabalhadores aos Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada da Rede – CERTIFI e o Regimento Interno do Conselho Superior. Há também os regulamentos cuja elaboração iniciou-se no ano de 2010, de modo coletivo, e foram concluídos e aprovados em 2011, a exemplo das Normas para realização de Estágio Curricular, Regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, Regras para Remoção de Servidor, o Regulamento de Solicitação de Concessão Diárias e Passagens – SCDP e o Regimento do Cerimonial.

b) Avaliação de Risco:

A Avaliação de Risco de uma unidade permite a escalada de eventos em potencial que possam impactar a realização de seus objetivos, definindo forma de mensurá-los considerando a possibilidade de ocorrência destes eventos e o seu impacto no caso de ocorrência, dentre outras questões. Portanto, é fundamental que a unidade faça um levantamento estatístico das principais causas desses eventos.

Nesse sentido, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR de julho de 2009, em seu item 7 – Organização Administrativa, subitem 7.1.8 – Auditoria Interna descreve que “Os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Auditoria Interna objetivam, em última instância, a adequação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança proporcionando uma razoável garantia de que tais processos funcionam de acordo com o planejado, fazendo recomendações para a melhoria das operações da Instituição, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional”. No entanto, o PDI não contém informações sobre Processos críticos; Diagnóstico, probabilidade e meios de mitigação de riscos; Níveis de riscos operacionais; Acompanhamento/atualização dos riscos identificados; e Mensuração e classificação dos riscos. Contudo, a própria apresentação desse plano descreve que “este plano não é um instrumento Institucional finalizado, ao contrário, representa o ponto de partida, um norte balizador para as ações da instituição, por isso mesmo precisa ser visto como um documento em movimento num constante processo de construção e reconstrução. Nesse sentido será necessário o envolvimento e comprometimento de gestores, servidores, alunos e comunidade em geral, que periodicamente fará uma análise sistemática de suas ações, e a partir das conclusões, farão as mudanças que o novo contexto sugere”. Dessa forma, contata-se que esse plano sofrerá diversas alterações, por ser um documento em constante evolução, podendo no futuro próximo contemplar uma matriz de risco que contenha informações que hoje estão fora do plano.

c) Procedimentos de Controle:

Os Procedimentos de Controle são as políticas e as atividades que contribuem para assegurar que os riscos sejam geridos, seja por acontecerem em níveis aceitáveis, pela sua mitigação ou eliminação. Esses procedimentos ocorrem em toda a organização, em todas as dimensões da instituição: áreas, funções, processos, rotinas, procedimentos, projetos, pois compreendem uma série de atividades, tais como: aprovação, autorização, verificação, reconciliação e revisão do desempenho operacional, da segurança dos bens e da segregação de responsabilidades.

O IFRR possui diversos procedimentos de controle correlacionados às atividades finalísticas executadas. No entanto, constata-se que não existem procedimentos formalizados para acompanhamento dos Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade do IFRR, conforme constatação do corpo deste relatório.

d) Informação e Comunicação:

A informação e comunicação da unidade deve permitir a identificação, coleta e comunicação de informações relacionadas a atividades e eventos internos e externos, necessárias ao alcance dos objetivos da organização, bem como à efetividade das atividades por ela desenvolvidas. Essas informações devem ser transmitidas às pessoas de forma oportuna e tempestiva, de modo a permitir que cumpram suas responsabilidades adequadamente.

Nesse sentido, o IFRR possui o sítio e a intranet da unidade, além da CCS – Coordenação de Comunicação Social que é o setor responsável pela comunicação interna e externa do IFRR. Esse setor, conforme informado pelo IFRR, envia diariamente para o e-mail de todos os servidores todas as informações referentes aos acontecimentos na instituição.

e) Monitoramento:

O Monitoramento realizado pela unidade deve acompanhar as atividades de controle da unidade, com a finalidade de diminuir riscos e de programar melhorias.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do IFRR vem realizando relatórios periódicos com intuito de melhorar e criar procedimentos operacionais, fazendo recomendações para a melhoria das operações do IFRR, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional.

Das avaliações realizadas nos Sistemas de Controles Internos da Unidade, relacionadas principalmente aos aspectos supracitados, pode-se citar como boa prática os sistemas de comunicação internos existentes na unidade, como a intranet, o sítio e o e-mail da instituição, pois subsidiam os servidores e o público externo de informações relevantes e tempestivas.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Foi realizado o Convênio nº 40/2010 que trata de prestação de serviços técnico-científicos entre o IFRR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima e a FAPUR - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O presente convênio tem como objeto desenvolver cursos de qualificação profissional para capacitação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Para isso o IFRR efetuou essa parceria com comprometimento de crédito no valor de R\$ 66.700,00 no exercício de 2010, conforme 210NE000020. No entanto, não houve a transferência de crédito no exercício de 2010.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Foram analisados 21 (vinte e um) processos no montante de R\$ 4.501.290,89 liquidados em 2010 e correspondem a 65,91% da execução total das despesas liquidadas pelo IFRR no exercício de 2010, conforme tabela abaixo:

| <b>Tipo de aquisição de bens/serviços</b> | <b>Valor no exercício (R\$)</b> | <b>% Valor sobre o total</b> | <b>Montante analisado (R\$)</b> | <b>% recursos analisados</b> |
|---|---------------------------------|------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| Dispensa                                  | 1.034.742,42                    | 15,15%                       | 248.029,04                      | 3,63%                        |
| Inexibibilidade                           | 267.467,17                      | 3,92%                        | 152.986,45                      | 2,24%                        |
| Convite                                   | 49.032,67                       | 0,72%                        | 42.576,60                       | 0,62%                        |
| Tomada de preços                          | 529.717,65                      | 7,76%                        | 529.717,65                      | 7,76%                        |
| Concorrência                              | 2.713.649,52                    | 39,73%                       | 2.690.289,61                    | 39,39%                       |
| Pregão                                    | 2.235.335,50                    | 32,73%                       | 837.691,54                      | 12,26%                       |

|       |              |         |              |        |
|-------|--------------|---------|--------------|--------|
| Total | 6.829.944,93 | 100,00% | 4.501.290,89 | 65,91% |
|-------|--------------|---------|--------------|--------|

Segue abaixo quadro demonstrativo dos processos constituintes da amostra selecionada para auditoria, incluídos os resultados das análises efetuadas quanto à oportunidade e à conveniência da realização da licitação (motivação), à seleção da modalidade adequada segundo critérios qualitativos e quantitativos e à correta fundamentação das Dispensas e das Inexigibilidades:

| <b>UNIDADE GESTORA 158152</b>          |                          |                                |                                    |                                |                               |                                      |
|--|--------------------------|--------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Nº da licitação</b>                 | <b>Contratada - CNPJ</b> | <b>Valor Liquidado em 2010</b> | <b>Oportunidade e conveniência</b> | <b>Modalidade da licitação</b> | <b>Fundamento da dispensa</b> | <b>Fundamento da Inexigibilidade</b> |
| DL 006/2010                            | 02.692.187/<br>0001-67   | 48.404,16                      | Adequada                           | Devida                         | Adequado                      |                                      |
| DL 003/2010                            | 84.013.994/<br>0001-70   | 8.069,18                       | Adequada                           | Devida                         | Adequado                      |                                      |
| IL 006/2010                            | 00.859.695/<br>0001-61   | 32.688,56                      | Adequada                           | Devida                         |                               | Adequado                             |
| IL 007/2010                            | 07.282.225/<br>0001-27   | 22.500,00                      | Adequada                           | Devida                         |                               | Adequado                             |
| CC 006/2009                            | 84.034.602/<br>0001-50   | 486.561,01                     | Adequada                           | Devida                         |                               |                                      |
| Pregão Eletrônico nº 42/2009           | 08.955.920/<br>0001-75   | 49.038,20                      | Adequada                           | Devida                         |                               |                                      |
| ARP nº 07/2010 do Pregão Presencial nº | 04.635.565/<br>0001-04   | 42.773,00                      | Adequada                           | Devida                         |                               |                                      |

|   |                        |            |           |        |          |          |
|---|------------------------|------------|-----------|--------|----------|----------|
| 05/2010 e<br>RP nº<br>45/2010 do<br>Pregão<br>Eletrônico nº<br>15/2010. |                        |            |           |        |          |          |
| <b>UNIDADE GESTORA 158350</b>   |                        |            |           |        |          |          |
| DL 23/2010  | 84.012.418/<br>0001-09 | 135.017,86 | Adequada* | Devida | Adequado |          |
| DL 19/2010  | 05.665.719/<br>0001-65 | 40.737,84  | Adequada  | Devida | Adequado |          |
| IL 12/2010  | 67.393.181/<br>0001-34 | 97.797,89  | Adequada  | Devida |          | Adequado |
| CV 007/2010   | 11.640.354/<br>0001-17 | 42.576,60  | Adequada* | Devida |          |          |
| CC 007/2009   | 84.034.602/<br>0001-50 | 593.228,52 | Adequada  | Devida |          |          |
| Pregão<br>eletrônico nº<br>05/2010                                      | 02.043.066/<br>0001-94 | 266.975,80 | Adequada  | Devida |          |          |
| <b>UNIDADE GESTORA 158351</b>   |                        |            |           |        |          |          |
| 05/2010   | 04.214.987/<br>0001-40 | 7.800,00   | Adequada  | Devida | Adequado |          |
| TP 01/2009  | 05.799.304/<br>0001-84 | 529.717,65 | Adequada* | Devida |          |          |

|                               |                    |              |          |        |          |  |
|-------------------------------|--------------------|--------------|----------|--------|----------|--|
| Pregão eletrônico nº 22/2010  | 06.095.321/0001-01 | 186.985,33   | Adequada | Devida |          |  |
| Pregão eletrônico nº 17/2008  | 84.013.994/0001-70 | 186.927,61   | Adequada | Devida |          |  |
| <b>UNIDADE GESTORA 158510</b> |                    |              |          |        |          |  |
| DI 05/2010                    | 22.889.810/0001-83 | 8.000,00     | Adequada | Devida | Adequado |  |
| CC 03/2009                    | 02.066.112/0001-70 | 1.610.500,08 | Adequada | Devida |          |  |
| Pregão eletrônico nº 16/2010  | 06.268.094/0001-60 | 77.481,90    | Adequada | Devida |          |  |
| Pregão eletrônico nº 28/2010  | 00.881.764/0001-33 | 27.509,70    | Adequada | Devida |          |  |

\* Esses processos apresentaram problemas de orçamentação, conforme constatações realizadas, contudo são adequados quando se referem à oportunidade e conveniência de sua contratação.

As constatações realizadas, mencionadas na observação acima, tratam da utilização por parte do IFRR de critérios subjetivos e inconsistentes para orçamentação do item Administração Local para os obras e serviços de engenharia sob sua responsabilidade.

Devido ao limitado tempo para realização de uma análise mais detalhada de todos os Processos apresentados na tabela acima, foi analisado mais profundamente, especificamente em relação ao custo do item Administração Local, somente o Processo nº 23229.000249/2010-26 (DL 23/2010). Para esse processo, verificou-se o valor R\$ 35.960,97 de pagamento indevido, relativo aos serviços previstos no item Administração Local, Mobilização e Desmobilização orçado pela empresa vencedora.

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Com o advento da Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, inclusive o IFRR, com uma estrutura multicampi, ocorreu um maior avanço do ensino técnico e profissionalizante nas regiões da capital e do interior do estado de Roraima, necessitando de mais profissionais capacitados para o exercício das funções vinculadas ao Instituto. No ano 2008, o IFRR contava com 320 servidores, entre técnicos e docentes, no quadro de pessoal ativo permanente. Já em dezembro de 2010, a tipologia dos cargos da entidade apresentou-se com a seguinte composição comparativa:

| <b>Tipologia</b>         | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Servidores ativos        | 320         | 348         | 398         |
| Contratações temporárias | 29          | 32          | 25          |
| Pessoal requisitado      | 0           | 0           | 1           |
| Pessoal cedido           | 2           | 3           | 3           |

Considerando os servidores ativos, nota-se um aumento de aproximadamente 14,4% no quantitativo de servidores da Unidade em relação ao exercício anterior, motivado principalmente pelo ingresso de novos servidores em 2010 por meio de concurso público. Quanto às contratações temporárias, houve uma redução de aproximadamente 21,9% também em relação a 2009. As ocorrências de pessoal cedido/requisitado não causaram impacto significativo no quadro de pessoal da Unidade.

Com relação à composição qualitativa dos recursos humanos, mais especificamente do quadro docente da Unidade (área finalística), nota-se a presença de profissionais capacitados em suas áreas de ensino, sendo que mais de 80% do total possui pós-graduação (Lato sensu ou Stricto sensu), conforme quadro que segue:

Quadro qualitativo - Corpo Docente

| <b>Formação</b>         | <b>Campus</b>    |                |                     |              |
|-------------------------|------------------|----------------|---------------------|--------------|
|                         | <b>Boa Vista</b> | <b>Amajari</b> | <b>Novo Paraíso</b> | <b>Total</b> |
| Doutorado               | 1                | 3              | 2                   | 6            |
| Cursando Doutorado      | 8                | 0              | 1                   | 9            |
| Mestre                  | 64               | 7              | 4                   | 75           |
| Cursando Mestrado       | 7                | 1              | 2                   | 10           |
| Especialista            | 76               | 3              | 16                  | 95           |
| Curso de Especialização | 4                | 1              | 1                   | 6            |
| Graduado                | 10               | 4              | 10                  | 24           |
| Cursando Graduação      | 1                | 0              | 0                   | 1            |
| Sem Graduação           | 1                | 0              | 0                   | 1            |
| <b>Total</b>            | <b>172</b>       | <b>19</b>      | <b>36</b>           | <b>227</b>   |

No segundo semestre do ano de 2010, a unidade de RH começou a discussão sobre o real dimensionamento da força de trabalho do IFRR, propondo no seu Plano Anual de Trabalho -

PAT/2011 a “Comissão de estudos para redimensionamento da força de trabalho do IFRR”. Esta comissão terá como objetivo realizar levantamentos para se obter o diagnóstico da força de trabalho considerando as áreas de conhecimento e atuação de cada servidor, e assim obter informações sobre qual a real necessidade de pessoal, realocar a força de trabalho existente e levantar as reais necessidades de contratação de pessoal em razão de expectativa de aposentadorias a partir do ano de 2011.

Esta comissão será composta por representantes da Pró-Reitoria de Ensino, da Diretoria de Gestão de Pessoas e dos três Campi, a qual irá realizar: levantamento de dados, proceder ao diagnóstico, traçar um planejamento que envolva de forma global o dimensionamento da força de trabalho (considerando atividades de ensino e técnicos administrativas) e, ao final, entrega de relatório do trabalho realizado.

O objetivo de mapear a força de trabalho por unidade da instituição para o respectivo redimensionamento irá contribuir para que o IFRR tenha o diagnóstico do perfil profissional desejado para o alcance das metas previstas pela instituição e o controle quantitativo e qualitativo da necessidade de pessoal de acordo com as áreas de conhecimentos e atuação.

Com relação ao cadastro dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria e de pensão no Sistema SISAC do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2010, verificou-se que foram cadastrados a quase totalidade dos atos passíveis de registro, conforme demonstrado a seguir:

| <b>Quant. de atos de pessoal registrados no Sisac</b><br><b>Exercício de 2010 (A)</b> | <b>Quant. de atos de pessoal passíveis de regist. no Sisac</b><br><b>Exercício de 2010 (B)</b> | <b>Percentual de atos registrados no Sisac (A)/(B)</b> |
|---|--|--|
| 78  | 79   | 98,7%  |

No que concerne à análise efetivada na área de gestão de recursos humanos relativa à folha de pagamento dos servidores da Unidade, com fulcro nos indicadores da área de pessoal, verificou-se a conformidade à legislação pertinente, não resultando, portanto, em impropriedades e/ou ilegalidades, exceto para o enquadramento de 2 (dois) servidores nas seguintes situações:

| Ocorrência  | Quantidade de servidores analisados | Quantidade de servidores confirmados na ocorrência |
|---|-------------------------------------|--|
| Servidores que percebem auxílio-alimentação com valores divergentes daqueles estabelecidos pelo Ministério do planejamento (MP) | 10                                  | 1  |
| Servidores que estão percebendo o abono de permanência  | 6                                   | 1  |

Em síntese, foram constatadas ocorrências pontuais de:

a) ausência de pagamento retroativo de abono de permanência à servidora Matrícula Siape nº 0713130 a partir do implemento das exigências para aposentadoria. O pagamento ocorreu a partir do requerimento da servidora.

b) ausência de cadastramento no SISAC de ato de admissão, em desconformidade com o disposto na IN/TCU nº 55/2007.

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

No relatório de contas enviado pela unidade, referente ao item 15 – Deliberações do TCU, não havia menção sobre o atendimento ou não do Acórdão nº 946/2010 – TCU – 2ª Câmara. Nesse sentido, o item 5 da Solicitação de Auditoria nº 201108748/002 solicitou que fossem apresentadas as providências relativas ao citado acórdão ou as justificativas para seu não cumprimento. Dessa forma, por meio do ofício nº 0587/2011/GAB/IFRR, de 18 de abril de 2011, o gestor encaminhou o Relatório 02-DV-2010 relativo às providências adotadas.

Com relação à recomendação emitida pela Controladoria Regional da União no Estado de Roraima, constante do Relatório nº 160720, item 7.1.1.1, informamos que no exercício de 2010, foi emitida a Portaria nº 748 do IFRR que constituiu uma comissão para avaliação dos bens inservíveis do instituto e que os trabalhos serão concluídos no exercício de 2011.

Já em relação às atividades da Auditoria Interna da Unidade, consta no relatório de gestão no item 16 – Recomendações da auditoria interna do IFRR, que: “16.1 – Auditoria de Transporte: (...) Em

virtude de o relatório ter sido emitido no dia 04 de fevereiro de 2011, as recomendações por parte desta nova gestão da AUDIN deverão ser cumpridas no exercício de 2011”. Em relação às recomendações do subitem 16.2 – Auditoria de Suprimentos de Fundos, constantes do Relatório nº 05/2010 da AUDIN, todas as recomendações foram acatadas pelos setores competentes no exercício de 2010.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Com relação à existência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou recursos, não houve ocorrências no exercício 2010 para a Unidade auditada.

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Após análises das documentações comprobatórias e das justificativas de inscrição em restos a pagar apresentadas pela Unidade, todas referentes ao exercício de 2010, constatou-se que as inscrições analisadas atendem e enquadram-se devidamente às hipóteses previstas nos incisos do artigo 35 do Decreto nº 93.872/86.

O montante dos recursos analisados está demonstrado conforme quadro a seguir:

| <b>Restos a pagar inscritos em 2010 (A)</b> | <b>Restos a pagar analisados (B)</b> | <b>Percentual analisado (B/A)</b> | <b>% Restos a pagar com inconsistências</b> |
|---|--------------------------------------|-----------------------------------|---|
| R\$ 10.107.116,81                           | R\$ 526.890,58                       | 5,21%                             | 0,00%                                       |

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Apesar da realização do Convênio nº 40/2010 entre o IFRR e a FAPUR, verificou-se que não houve ocorrência de chamamento público na Unidade Jurisdicionada.

#### 4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Com relação aos registros dos contratos e convênios no SIASG/SICONV, em atendimento ao contido na Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, que estabelece a obrigatoriedade de registro das informações referentes a contratos e convênios, respectivamente no SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria, informamos que o IFRR atendeu tais determinações somente com relação aos registros dos contratos no SIASG. Em relação aos registros dos convênios, o IFRR somente realizou, no exercício de 2010, o Convênio nº 40/2010 que trata de prestação de serviços técnico-científicos entre o IFRR e a FAPUR - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no entanto tal convênio não foi registrado no SICONV.

#### 4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Os procedimentos e controles internos (fluxos/rotinas) instituídos na Unidade para cobrar e dar tratamento a entrega das Declarações de Bens e Rendas no exercício em exame são caracterizados inicialmente pela notificação dos gestores, por meio de email e memorando/ofício circular, como também é facultado ao servidor autorizar o acesso a declaração de Ajuste Anual em vez de entregar a Declaração de Imposto de Renda Anual. Paralela a esta ação, a Coordenação de Cadastro e Pagamento disponibiliza relação nominal para controle interno da entrega da Declaração no RH.

A Gestão de RH do IFRR não dispõe de um sistema informatizado para controle da entrega da declaração de imposto de renda da pessoa física ou para autorização de pesquisa no site da Receita Federal.

Após análises efetuadas nos procedimentos e controles internos da Unidade quanto à obrigatoriedade da apresentação da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos ou funções de confiança, constata-se que, embora o IFRR não possua sistema informatizado para o respectivo controle, os registros manuais utilizados são suficientes para o gerenciamento da entrega das documentações.

#### 4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Foi verificado que, no exercício de 2010, a unidade aplicou os dispositivos da IN 01 - MPOG, de 19 de janeiro de 2010, exclusivamente nos editais relacionados a contratações de obras e serviços de

engenharia. A tabela abaixo apresenta a aplicabilidade da referida instrução normativa nesses editais.

| <b>Nº DO PROCESSO</b> | <b>EDITAL DE LICITAÇÃO</b> | <b>OBJETO</b>   | <b>APLICAÇÃO DA IN 01/2010?</b> |
|-----------------------|----------------------------|---|---------------------------------|
| 23230.000034/2010-76  | Tomada de Preços 01/2010   | Construção do Abrigo para n° Grupo Gerador                          | Não                             |
| 23230.000048/2010-90  | Concorrência n° 03/2010    | Construção de um alojamento c/04 quartos e residência para servidor | Sim                             |
| 23229.000215/2010-31  | Tomada de Preços 03/2010   | Construção da pista de n° atletismo CBV                             | Não                             |
| 23230.000047/2010-45  | Concorrência n° 02/2010    | Construção de ambientes didáticos em NP                             | Sim                             |

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A tabela abaixo apresenta a relação dos Bens Imóveis de Uso Especial sob a responsabilidade do IFRR:

| <b>LOCALIZAÇÃO</b> |                           | <b>Quantidade total de Imóveis de Uso Especial sob a Responsabilidade da UJ</b> |             |
|--------------------|---------------------------|---|-------------|
|                    |                           | <b>2009</b>   | <b>2010</b> |
| BRASIL             | Município de Boa Vista-RR | 1   | 2           |

|                          |   |   |
|--------------------------|---|---|
| Município de Caracará-RR | 1 | 1 |
| Município de Amajari-RR  | 1 | 1 |

No Município de Boa Vista, houve em 2010 a aquisição do terreno onde funcionará a Reitoria do IFRR, que já se encontra em fase de construção. Esse terreno não consta do SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, no entanto já foi providenciado o registro do bem no cartório de registro de imóveis, bem como a Certidão de Cadastro na Prefeitura Municipal de Boa Vista.

O outro imóvel é relativo ao Campus de Boa Vista. No SPIUNET consta somente o terreno sem benfeitorias, pois as mesmas serão lançadas após as devidas Certidões de Habite-se.

No Município de Caracará encontra-se o imóvel referente ao Campus de Novo Paraíso. Nem o terreno e nem as suas benfeitorias constam do SPIUNET, pois o terreno ainda pertence ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Porém, já existe o processo de transferência do imóvel para o IFRR, aguardando a demarcação geodésica do terreno para desmembramento da área.

No Município de Amajari encontra-se o imóvel atinente às futuras instalações do Campus de Amajari, que já se encontra em fase de construção. Esse terreno não consta do SPIUNET, pois ainda pertence à Prefeitura Municipal de Amajari, contudo, a documentação de doação do terreno já foi realizada pela referida prefeitura e aprovada pela Câmara Municipal de Amajari.

Em relação aos controles internos da unidade, verificamos a inexistência de procedimentos de controles internos relativos ao acompanhamento dos Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade do IFRR.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

### **I) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**

Com relação ao planejamento estratégico de TI, a Unidade ainda não possui formalmente um documento elaborado com este título. É utilizado o Plano Anual de Trabalho - PAT, o qual é baseado no Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional (diagnóstico), no Plano de Desenvolvimento institucional - PDI (planejamento) e no Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o IFRR e o MEC. Todavia, a Unidade já iniciou a articulação para a elaboração do PDTI, o qual contará com a colaboração de todos os profissionais de TI da

instituição, bem como da equipe gestora do IFRR.

Durante o exercício de 2010, também não foi criado formalmente um comitê diretivo de TI que determinasse as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI. Tal comitê somente foi criado no exercício 2011, por meio da Portaria nº 512, de 27.5.2011, cuja designação dos servidores componentes também foi aprovada no dia 27.5.2011, por meio da Portaria nº 513.

## **II) POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

A Política de Segurança de Informática do IFRR foi aprovada pela Resolução nº 083/CONDIR/CEFET-RR/2008, de 23.10.2008. Como essa Política foi aprovada em 2008, está previsto, no Plano Anual de Trabalho da Diretoria de TI (DTI) para o ano de 2011, uma reformulação da mesma.

A política de segurança da informação analisada está limitada apenas à determinação das diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança relativa ao parque de informática e seus respectivos equipamentos e sistemas. O conceito de segurança da informação é muito mais amplo, abrangendo, inclusive, a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações das comunicações e computacional, assim como as destinadas a prevenir, detectar, deter e documentar eventuais ameaças a seu desenvolvimento.

Após análise das documentações solicitadas e das justificativas apresentadas pela unidade, constatou-se, também, a ausência de área específica (comitê gestor da segurança da informação) responsável pela implementação da Política de Segurança da informação na Unidade. A responsabilidade da implantação está dividida entre a Diretoria de TI (DTI) e CTIs (setores de TI em cada Campus) que especifica as atribuições de cada órgão de TI dentro da instituição.

A inexistência dessa área específica representa um risco de ocorrência de ações ineficazes, descoordenadas e sem alinhamento com o negócio.

## **III) RECURSOS HUMANOS DE TI**

O IFRR não possui mão-de-obra terceirizada na área de Tecnologia da Informação. No quadro dos servidores de carreira do ativo permanente, existem os cargos de Analista de Tecnologia da Informação e Técnico de Tecnologia da Informação, regidos pela Lei nº 11.091/2005, regulamentados pelos Decretos nº 5.824/2006 e nº 5.825/2006, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| <b>MAT.<br/>SIAPE</b> | <b>LOTAÇÃO</b> | <b>ATIVIDADES DESEMPENHADAS</b>   | <b>CARGO</b>                                  |
|-----------------------|----------------|---|---|
| 1609765               | REITORIA       | - desenvolver sistemas informatizados;<br>- administrar ambiente informatizado;   | ANALISTA DE<br>TECNOLOGIA<br>DA<br>INFORMAÇÃO |
|                       |                | - prestar suporte técnico ou usuário;   |   |
| 1668078               | REITORIA       | - prestar suporte técnico ao usuário;<br>- treinar usuário;   |   |
|                       |                | - elaborar documentação para ambiente informatizado;  |   |
| 1793579               | REITORIA       | - estabelecer padrões para ambiente informatizado;<br>- coordenar projetos em ambiente informatizado;   |   |
| 2696539               | C. BOA VISTA   | - oferecer soluções para ambientes informatizados;<br>- pesquisar tecnologias em informática;   |   |
| 1224529               | C. BOA VISTA   | - utilizar recursos de informática;<br>- executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. |   |

|         |                    |  |  |
|---------|--------------------|--|--|
| 1531272 | C. BOA VISTA       | - Desenvolver sistemas e aplicações;   | TÉCNICO DE<br>TECNOLOGIA<br>DA<br>INFORMAÇÃO |
| 1609744 | C. BOA VISTA       | - Realizar manutenção de sistemas e aplicações;  |  |
| 1795868 | C. NOVO<br>PARAÍSO | - Projetar sistemas e aplicações;  |  |
| 1574725 | C. NOVO<br>PARAÍSO | - Selecionar recursos de trabalho;   |  |
|         |                    | - Planejar etapas e ações de trabalho;   |  |
|         |                    | executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. |  |

Nota-se que a força de trabalho do IFRR na área de Tecnologia da Informação está focada em servidores de carreira do ativo permanente, contendo cargos específicos na área de TI, minimizando, desta maneira, o risco da execução de atividades críticas ao negócio da Unidade por indivíduos sem vínculo com a entidade.

#### **IV) DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS**

O processo para desenvolvimento de sistemas efetuado pelo IFRR foi estabelecido em 2009, quando se resolveu criar critérios para atendimento das demandas mais diversas, desde formulários para inscrição em seletivos/vestibular, até sistema integrado de apoio à administração e seus setores.

Esse procedimento inclui resumidamente o que segue:

1. Informe de Demanda – Qualquer setor: levantamento da demanda pela parte interessada (qualquer setor de qualquer campus do IFRR), informada a DTI através de documento oficial – discorre sobre o problema a ser resolvido e expressa a necessidade da solução de TI.

2. Levantamento de Requisitos – Analistas de TI (equipe de desenvolvimento) e servidores

ligados diretamente ao uso da solução: não havendo solução (livre) conhecida, que atenda à necessidade levantada e se não se tratar de um software especialista, ou seja, que requeira alguma expertise científica não dominada pelos desenvolvedores, inicia-se o levantamento dos requisitos, utilizando-se de visitas in loco, diligência, entrevistas, questionários, reuniões, conversas informais e qualquer elemento que venha a trazer clareza quanto ao funcionamento do programa.

3. Prototipagem e testes iniciais – Analistas de TI (equipe de desenvolvimento): definidos os requisitos iniciais, inicia-se a codificação do software e os respectivos testes de funcionamento do código elaborado. Eventualmente novos requisitos não previstos surgem à medida que protótipos do programa vão sendo preparados e testados.

4. Implantação e testes finais – Analistas de TI (equipe de desenvolvimento) e servidores ligados diretamente ao uso da solução: solução instalada em ambiente de produção, demonstração de uso e treinamento dos usuários finais do programa, definição de canal de comunicação para suporte e manutenção.

5. Homologação institucional de uso do software.

Assim sendo, a Unidade dispõe de metodologia razoável e adequada para o desenvolvimento de sistemas.

## V) CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TI

Com relação ao nível de participação de terceirização nas soluções de Tecnologia da Informação em relação ao desenvolvimento interno da própria Unidade, apresenta-se o quadro a seguir:

| <b>Solução de Tecnologia da Informação (bens e serviços de TI)</b> | <b>Foi desenvolvida Interna ou externamente?</b> | <b>É mantida por equipe interna ou terceirizada?</b> |
|--|--|--|
| Servidor de Arquivo  | Internamente                                     | Equipe interna                                       |

Com base na extração dos percentuais das soluções de TI desenvolvidas e mantidas por terceiros em relação ao total apresentado, obtém-se um percentual de 11,1%, minimizando, desta maneira, o risco de dependência de indivíduos sem vínculo com a entidade para a execução de atividades críticas ao negócio.

Quanto aos processos de contratação de bens e serviços de TI, observando o disposto no art. 7º da IN SLTI/MPOG nº 04/2008, a Entidade não adota processo de trabalho formalizado, mais especificamente na fase de planejamento da contratação. Nos processos analisados, considerando esta fase mencionada, verificou-se a existência basicamente de projeto básico/termo de referência simplificado que não contém todos os requisitos necessários elencados nos arts. 8º ao 18º da referida Instrução Normativa.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Boa Vista/RR, 22 de julho de 2011.

| <b>NOME</b>            | <b>CARGO</b> | <b>ASSINATURA</b> |
|------------------------|--------------|-------------------|
| ANDRE ALBIANI BARATA   | AFC          | _____             |
| MARCELO GEBER DA SILVA | AFC          | _____             |